

RESENHAS

FURTADO, Celso. **A Fantasia Organizada**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, 232p. (Coleção Estudos Brasileiros, 89).

“A força das coisas opera no sentido da mudança, a das idéias, no do imobilismo” (modificado, do próprio Furtado, à p.162).

Para quem vem acompanhando a trajetória de Celso Furtado, através de suas obras, “A fantasia organizada” é um repositório de revelações extremamente enriquecedoras. Para quem não teve a oportunidade de fazê-lo, vale como uma ocasião de conhecê-lo “por dentro”, se assim pudesse ser dito.

A quantidade de temas que a leitura suscita é muito grande. Para uma resenha, interessa uma seleção e não passar todo o texto.

Antes mesmo de entrar na consideração dos temas trazidos ao debate, importa ressaltar a riqueza dos ambientes e contatos que Furtado pôde experimentar. Assim é que, no plano internacional, teve oportunidades de debater com Prebish, Leontieff, Rostow, Kindleberger, Hoselitz, Schultz, Viner, Harberler e tantos outros que passaram por nós (em forma de livro), nos bancos escolares. No plano interno, conviveu com Gudín, Rômulo de Almeida, Bulhões e Roberto Campos, todos ainda vivos. E sempre reagiu como um homem otimista. Esta, talvez, uma faceta importante do seu entusiasmo pelas teses que defendeu ao longo de sua vida.

De tudo quanto aflora no texto, iremos comentar alguns pontos que mais nos atraíram. São eles: a luta dos intelectuais renovadores contra as idéias estabelecidas no pós-guerra, a questão do método tal qual vista por Furtado, a questão do desenvolvimento, comportando a proposta do planejamento, da inflação e dos investimentos e, por fim, a tese da industrialização.

No período narrado por Furtado (basicamente o período inicial da CEPAL), imperava a idéia do liberalismo (que pode ser encarado como o não-intervencionis-

mo do Estado) que, por sua vez, entendia que a repartição dos frutos do progresso técnico seria feita com equanimidade entre as nações e o desenvolvimento como um processo espontâneo. Nesse processo, estariam presentes as vantagens comparativas como princípio válido em qualquer circunstância, apoiado pelo princípio da divisão internacional do trabalho. Por trás de tudo isso, prevalecia a noção da universalidade da teoria econômica e a noção de ser o subdesenvolvimento uma fase do desenvolvimento.

No plano interno, a luta era contra os “subprodutos” deste tipo de visão. Na base de tudo, um certo fatalismo e determinismo do subdesenvolvimento, derivado das observações sobre o clima, solo e recursos naturais dos países pobres. Neste particular, o Professor Gudín desempenhava papel de proa, ao aceitar a posição de Buckle (cf. p.157). A manifestação do subdesenvolvimento também se dava ao nível das próprias idéias. Vejamos o próprio Furtado situar o problema: “Em um país como o nosso, o discurso político é sempre tributário de fórmulas moldadas no Exterior. O desenvolvimento material é quase necessariamente imitativo” (...). “O grupo ortodoxo, entre nós, insistia em importar fórmulas que ofereciam a dupla vantagem de defender o “status quo” (o que seduzia os políticos das regiões mais atrasadas) e de ter aparência de ‘científicas’, graças à etiqueta que traziam das universidades estrangeiras de grande prestígio”. Mas, como alguém que tivesse “visto” uma outra perspectiva de encaminhamento, Furtado alertava, dizendo que a “política de desenvolvimento terá que ser inventada localmente”, porque a “problemática do desenvolvimento abarca todo o processo social e político” (p.161).

Na questão do método na ciência econômica, Furtado combateu sempre a falsa universalidade da teoria econômica. Neste sentido, a proposta de “centro-periferia”, de Prebish, produz um avanço considerável, já que ela valoriza a perspectiva da economia a partir do subdesenvolvimento, assumindo uma assimetria no próprio processo. Ali, o subdesenvolvimento é tomado como um processo gerado pelo desenvolvimento das nações “centrais” e não mais como uma fase deste.

A despeito da proposta “centro-periferia”, de Prebish, Furtado preferiu trilhar caminhos próprios para entender e explicar a economia primário-exportadora brasileira. Para tanto, considerou-a como de “tipo colonial”, reinserida em seu quadro histórico (p.68). Isto porque as causas do “atraso” de nosso País teriam de ser desentranhadas da História, da peculiaridade do processo formativo do País. Furtado acreditava que não adiantaria comparar modelos abstratos ou “vestir a realidade com as camisas pré-fabricadas dos modos de produção” (p.67). Esta, a contribuição original de Furtado quanto a métodos. Advogado de formação, foi um autodidata na economia, selecionando aquilo que mais entendia como valioso para sua tarefa.

Em síntese, procurava “aproximar a História (visão global) da análise econômica; extrair desta, perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História” (p.205).

Só mais tarde (quando frequenta Cambridge), é levado a modificar, mais ainda, sua visão do trabalho teórico, valorizando a atividade política. Entendeu que as “doutrinas econômicas estavam longe de sair das torres de marfim por partenogênese”. “A lição era clara: o trabalho de teorização em Ciências Sociais é, em certa medida, uma prolongação da política” (p.226).

A macroeconomia, novidade na época, conquanto privilegiasse uma visão globalizante, não foi muito além nas mãos da ortodoxia, já que, ao interferir no comportamento de certas variáveis macro, visava tão-somente restabelecer um suposto equilíbrio, pedra de toque no contexto marshaliano. Nesse ponto, Furtado sempre foi avesso a pensar na economia em termos de oferta e demanda (o que a amarra à idéia de equilíbrio), preferindo raciocinar em termos do que chama de “oferta potencial”, no sentido da Lei de Say (a oferta cria sua própria demanda).

No decorrer do seu trabalho, Furtado posicionou-se (“Crítica da Ciência Econômica”, 1953) no debate da Economia como ciência da distribuição do fruto do trabalho social ou do crescimento das forças produtivas. Ele entendeu que a perspectiva distributiva da ciência econômica era essencialmente sancionadora de determinada ordem social. Ao longo da História, “enaltecera a luta contra o parasitismo dos rentistas rurais, com Ricardo; proporcionara uma boa consciência ao capitalismo selvagem, com os neoclássicos; legitimara a ascensão dos monopolistas, com Schumpeter; justificara uma ação reguladora crescente do Estado, com Keynes” (p.224). Furtado, ao contrário, insistia que, no caso do subdesenvolvimento, era necessário recentrar o pensamento na direção do tema da produção.

No caso do desenvolvimento, dois grandes temas: a industrialização e o planejamento. A tese da industrialização dos países da América Latina tinha contra si a pressão de grupos ligados ao comércio externo, que viam, na substituição de importações por produção manufatureira local, a “perda de mercado” e a doutrina prevalente, que a explicava através de um “desvio de fatores”, fruto das condições artificiais criadas pela guerra. A CEPAL contra-argumentou dizendo que “a expansão da produção industrial, ao incrementar o poder de compra da população, faz crescer, mais do que proporcionalmente, a demanda de manufaturados, e a diversifica, o que estimula as importações” (p.57). Com dados na mão e este raciocínio, a proposição foi aprovada em todas as instâncias.

Entretanto, mais do que ninguém, ele sabia que a industrialização dos países latino-americanos não se faria de forma espontânea. Daí então, ele se interessou pelo tema da planificação da economia, estudando os casos da União Soviética, das economias de mercado de industrialização avançada e da França, para, então, propor um "modelo cepalino". Do primeiro, retivera a idéia de que trabalhava apenas com balanços setoriais, em termos físicos, sem uma globalização nem previsão de demanda de bens finais. Do segundo, sabia-o inadequado para o caso de seu interesse, porque visava, fundamentalmente, evitar depressões através de uma regulamentação macroeconômica para assegurar o pleno emprego. O da França, apesar das diferenças, era o caso mais próximo, já que havia um sentido deliberado de modernização da economia, através da ação em setores estratégicos. Como produto final, o "modelo cepalino" fugia do setorial, partindo de uma "taxa global de acumulação", compatível com os recursos de financiamento, para estabelecer, em primeira instância, as necessidades setoriais de inversão e a composição das importações. Em termos político-institucionais, o modelo significava ligar o funcionamento do sistema econômico a centros de decisão que pudessem afetá-lo (p.136). A materialização desse corpo de idéias aconteceu, quase que de forma plena, quando a equipe de Kubistchek lançou mão de um estudo CEPAL-BNDE, dirigido por Furtado. A diferença fundamental foi a incorporação do projeto de construção de Brasília ao plano nacional.

Afora esses grandes temas, chama a atenção a análise da política redistributiva de Perón. Furtado conclui que ela acabou por reduzir a capacidade de acumulação reprodutiva, com reflexos negativos na capacidade de importação, afetando a taxa de poupança por meio dos preços relativos. Ainda hoje, poder-se-ia colocar perfeitamente a questão redistributiva: haverá um momento especial do desenvolvimento no qual se poderá implementar políticas redistributivas sem o perigo da perda do potencial de crescimento da economia? Ao lado disso, a constatação de ser a inflação fator causativo da taxa de investimento é muito rica neste momento particular da vida nacional, já que, até certo nível, a inflação parece evitar a diluição dos recursos (naquele momento, gerados pela melhora na relação de trocas) em incremento do consumo (naquele momento, dos grupos de rendas altas e médias).

Esperamos que, ao continuar organizando sua fantasia, Celso Furtado venha a passar em revista, tanto a questão da agricultura no processo de desenvolvimento quanto, como um legítimo filme do Nordeste, o problema dos desequilíbrios regionais.

Mauro Márcio Oliveira
Embrater